

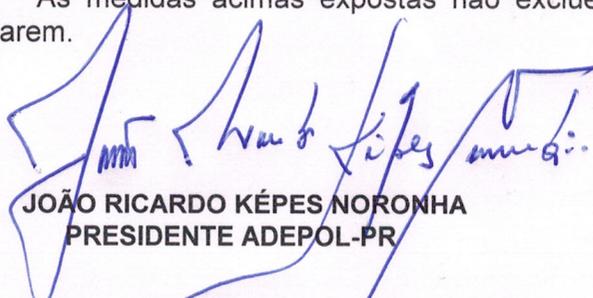


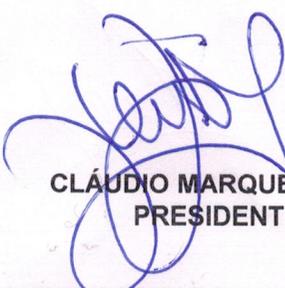
Manifesto Conjunto

As diretorias da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná e do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná, reunidas em conjunto no dia 05 de abril do corrente ano, na sede da ADEPOL, após discussões e deliberações, redigem juntas o seguinte manifesto, no qual estabelecem as seguintes diretrizes da luta sindical e classista para o ano de 2017:

- I- Retirada dos presos ilegalmente custodiados em Delegacias de Polícia:** dando continuidade a atuação permanente que tem sido feita no sentido de cobrar das autoridades competentes uma resolução definitiva para o problema, as diretorias criaram uma comissão de diretores que estará vistoriando em loco todas as construções do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Penitenciário – PNASP, no sentido de acompanhar e fiscalizar o andamento das obras e cumprimento do cronograma que vem sendo divulgado pelo Governo do Estado. Além da comissão, estará sendo acompanhado de perto o desenrolar da ação judicial que requer a retirada imediata dos presos em Unidades da Polícia Civil;
- II- Contratação de novos Delegados:** será intensificado a cobrança pela nomeação imediata da turma de remanescentes do concurso de 2013;
- III- Abertura do Concurso de Escrivão:** em paralelo, será cobrado também a necessidade da aprovação do protocolo de abertura do Concurso de Escrivão, já em trâmite que, contudo, teve parecer negativo da SEFA;
- IV- Regulamentação da Lei Complementar 201/2016:** será acompanhado e cobrado junto a SESP e a Casa Civil do Governo do Estado, a regulamentação imediata da eleição para Conselheiro do Conselho da Polícia Civil, conforme estabelecido na Lei Complementar 201/2016, que alterou a Lei Complementar 14/82 (Estatuto do Polícia Civil do Paraná);
- V- Combate a usurpação das funções de Polícia Judiciária pela Polícia Militar:** nos próximos dias será emitida uma Recomendação das entidades, para que todos os casos de usurpação das funções de polícia judiciária ocorrida nas comarcas envolvendo a Polícia Militar e/ou quaisquer outros órgãos e instituições sejam documentados e repassadas com a maior brevidade possível as entidades representativas, que estarão de imediato intervindo e ingressando com as medidas pertinentes;
- VI- Luta pela reposição inflacionária:** estaremos acompanhando como *amicus curiae* a ADI 5641 que questionou junto ao STF o calote aplicado pelo Governo do Estado nos funcionários públicos, ao não ter implementado a parcela de reajuste já concedido por lei em relação ao ano de 2016. Em paralelo estará sendo cobrado também o reajuste geral anual do ano de 2017, conforme previsão constitucional;
- VII- Valorização da carreira:** serão mantidas conversações em torno do compromisso assumido pela administração estadual de tratamento salarial isonômico com outras carreiras jurídicas do Estado ligadas ao Poder Executivo. Já tendo sido aberto canal de diálogo com os pretensos candidatos ao cargo de Governador do Estado no pleito eleitoral de 2018.

As medidas acima expostas não excluem outras que por ventura futuras demandas ensejarem.


JOÃO RICARDO KÉPES NORONHA
PRESIDENTE ADEPOL-PR


CLÁUDIO MARQUES ROLIM E SILVA
PRESIDENTE SIDEPOL-PR